

**AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.164.498 - MT
(2017/0235301-3)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ

AGRAVANTE : JURANDI OLIVEIRA SOBRINHO

**ADVOGADO : ROGERIO NOBREGA DA SILVA E OUTRO(S) -
MT014736A**

**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO
GROSSO**

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ABSOLVIÇÃO. NÃO CABIMENTO. CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA. SÚMULA N. 7 DO STJ. AGRADO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Para a subsunção da conduta ao tipo previsto no art. 35 da Lei n. 11.343/2006, é necessária a demonstração concreta da estabilidade e da permanência da associação criminosa.

2. Na hipótese, as instâncias ordinárias apontaram elementos concretos e suficientes, constantes dos autos, que efetivamente evidenciam a estabilidade e a permanência exigidas para a configuração do crime de associação para o tráfico. Qualquer outra solução, que não a adotada pelas instâncias de origem, implicaria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada pela Súmula n. 7 do STJ.

3. Agravo regimental não provido

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Nefi Cordeiro, Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 26 de novembro de 2019

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**